

Qual o papel das agências de fomento?

9

Thiago Borges | Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Fapemig

Rafael Marques Pessoa | Gerente de Inovação da Fapemig

O Brasil tem políticas de desenvolvimento econômico fragmentadas e não integralmente baseadas na ciência, tecnologia, inovação e em novos conhecimentos, o que se manifesta no baixo reconhecimento da sociedade e dos empresários ao sistema de CT&I e se traduz na dependência tecnológica de outros países em alguns setores econômicos, comprometendo a soberania nacional.

Essa situação também representa a incapacidade do país em se adiantar ou responder, pronta e eficientemente, às ocorrências com potencial de impacto econômico, nacionais ou internacionais. Basta observarmos o pequeno número de empresas nacionais que competem globalmente, a intempestividade de produção de kits de diagnóstico nacionais para o novo Coronavírus ou a baixa produção de equipamentos, eficazes e eficientes, no aproveitamento do potencial energético brasileiro.

Sabemos que o investimento em pesquisa e desenvolvimento representa alto risco para as empresas, pois os estudos nem sempre produzem resultado rentável, por isso é necessário que o governo participe do processo, seja através de financiamento, parceria ou subsídio. Mas, essa ação governamental deve ser estratégica, com avaliação, planejamento e coordenação de ações focadas em setores econômicos e tecnologias que o país considere com alto potencial de futuro, aportando um volume maior de recursos públicos, sem inviabilizar outras áreas de conhecimento. Esse é o desafio!

O setor público brasileiro tem hoje um sistema de CT&I robusto, que apesar de frouxamente articulado e trabalhando no limite da disponibilidade de recursos, pode auxiliar o país a despertar e apoiar a classe empresarial no desenvolvimento de inovações que alavanquem os indicadores econômicos ao longo desta década.

A proposta desta reflexão é apresentar, brevemente, os componentes públicos do sistema de CT&I brasileiro, destacando o papel das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs), instituições que podem colaborar com empresas (industriais ou não) e empreendedores no desenvolvimento de produtos, processos e serviços com alto valor agregado. Isso poderia ser feito a partir da construção de pontes com o setor acadêmico, universidades e institutos de pesquisa, as chamadas Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O sistema público brasileiro é organizado em instituições nos níveis federal e estadual. No âmbito federal, é importante destacar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Ministério da Educação, responsáveis pela concepção e articulação de políticas públicas nestas áreas. Para a formação de mão de obra qualificada e fomento à pesquisa, o sistema conta com duas agências principais: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para fomento à inovação, parcerias com o setor privado e pesquisas aplicadas, existem a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). No que se refere à execução de pesquisa e desenvolvimento, destacam-se os Institutos SENAI de Inovação (no âmbito industrial), universidades e centros federais de tecnologia.

No nível estadual, é importante o papel das Fundações de Amparo à Pesquisa, com um conjunto de funções que, no âmbito federal, estão distribuídas entre várias organizações: formação de mão de obra qualificada para a pesquisa; fomento à pesquisa e à pós-graduação; fomento à inovação; estabelecimento de parcerias empresariais; apoio à consolidação de ambientes propícios à inovação; gestão da propriedade intelectual; apoio a empreendedores de tecnologia e inventores independentes; articulação do sistema estadual; em alguns casos, formulação de políticas públicas. Percebemos, assim, a relevância dessas instituições para o desenvolvimento econômico e social dos estados.

As agências de fomento distribuem, normalmente, seus recursos com a seleção meritocrática, por bancas de especialistas, de projetos apresentados em chamadas públicas, o que garante a lisura do processo de escolha e a qualidade dos projetos financiados.

As agências de fomento tiveram sempre uma atuação marcante nas crises vivenciadas pela humanidade. No contexto brasileiro recente, podemos citar a rápida resposta dada à epidemia do vírus Zika, em 2016. Com base em pesquisas desenvolvidas pelo sistema de CT&I nacional, financiadas pelas agências de fomento, foi rapidamente identificada a ligação entre a infecção com o vírus e a microcefalia em recém-nascidos, o que permitiu a adoção de medidas urgentes de prevenção da doença e o desenvolvimento de diversos produtos de combate ao Zika e tratamento das crianças. No contexto de Minas Gerais, a FAPEMIG teve atuação decisiva no pós-rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015, que provocou um dos maiores desastres socioambientais da história do país. A compreensão e a reparação dos danos causados exigiram a produção de novos conhecimentos, o que a FAPEMIG se prontificou a fazer logo após o acidente, realizando chamamentos públicos focados em pesquisa e inovação, com recursos próprios ou em parceria com outras agências e empresas.

No contexto da Covid-19, podemos citar algumas iniciativas recentes: a chamada pública emergencial de apoio a ações de enfrentamento da pandemia, com o objetivo de fortalecer ações inovadoras nas Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICT) mineiras dedicadas ao enfrentamento da crise; o apoio ao Centro de Tecnologia de Vacinas, para desenvolvimento de testes rápidos e vacina para a doença; o financiamento de estudos em relação a medicamentos e tratamentos; o mapeamento de soluções tecnológicas e inovadoras nos setores industrial e de serviços. A ciência e as agências públicas de fomento são requisitadas nos momentos mais delicados, por isso, devem estar prontas para enfrentar os desafios.

O que fica claro, considerando a trajetória da economia do conhecimento e vislumbrando um cenário global do pós-pandemia, é que não se desenvolve produtos e serviços *made in Brazil* sem ciência, laboratórios de pesquisa básica e aplicada, talentos, empreendedores, startups e empresários que pensem coletivamente. Não podemos perder este momento especial de aprendizado. Comprar da Índia, China e Estados Unidos, tudo bem. Mas, precisamos ter nossa própria indústria de base tecnológica para fazer trocas e garantir nossa soberania. É difícil? Muito, porque temos que priorizar o que importa – conhecimento, talentos, interação universidade-empresa e crença no futuro.